



MP-MT oferece mais de 15 mil denúncias na área criminal em 2011

O Ministério Público do Mato Grosso ofereceu 16.361 denúncias na área criminal este ano. Destas, 2.738 são denúncias contra violência doméstica. As informações são do jornal *Diário de Cuiabá*, que ainda revela outros números sobre a atuação do órgão ministerial em 2011.

Ao todo foram propostas 1.203 ações civis públicas entre os meses de janeiro a novembro deste ano, 385 referindo-se a questões ligadas à defesa da cidadania e do consumidor. A lista ainda inclui ações relacionadas à falta de transporte escolar, atendimento médico, abate clandestino de animais, abastecimento de água, acessibilidade, entre outras.

Na área do meio ambiente, que ocupa o segundo lugar no ranking de atuação do MP-MT, foram 360 ações civis públicas. Também foram firmados 229 termos de ajustamento de conduta, e expedidas 90 notificações recomendatórias. A construção de empreendimentos em áreas de preservação permanente, queimadas e ausência de aterros sanitários estão entre as principais demandas que chegaram ao MP-MT este ano.

O MP também entrou com 325 ações envolvendo denúncias de improbidade administrativa. As acusações são de desvio de recursos, irregularidades verificadas em concursos públicos e fraudes em licitação. As notificações recomendatórias somaram 113, e os termos de ajustamento de conduta chegaram a 42.

Em defesa da infância e da juventude o MP-MT propôs 133 ações civis públicas, 406 medidas de proteção, 114 notificações recomendatórias e 37 TACs. A instituição, por meio da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Criança e do Adolescente, também deu continuidade à campanha de combate à pedofilia e ao abuso sexual.

Em todo o Estado, foram registrados 20.007 atendimentos à população nas promotorias de Justiça. Além disso, foram promovidas 284 audiências públicas e 4.336 palestras, seminários e reuniões. Para o procurador-geral de Justiça, Marcelo Ferra de Carvalho, o resultado do trabalho da instituição reflete o compromisso dos membros e servidores.

De acordo com o titular da Procuradoria de Justiça Especializada na Defesa da Cidadania, Edmilson da Costa Pereira, a atuação na esfera judicial é significativa nesta área, mas não reflete a realidade, já que boa parte das intervenções do Ministério Público ocorre extrajudicialmente. Este ano, foram firmados 384 termos de ajustamento de condutas e expedidas 402 notificações recomendatórias.

A atuação extrajudicial, segundo ele, foi uma das prioridades estabelecidas no planejamento estratégico do Ministério Público e visa garantir agilidade, evitando o acúmulo de processos na Justiça estadual. O procurador de Justiça explicou que, para obter êxito na assinatura de um termo de ajustamento de conduta, os promotores de Justiça promovem uma série de negociações.

MPF no Amazonas

A Procuradoria da República do Ministério Público Federal também divulgou dados da Transparência e



Controle Social no Amazonas. De acordo com a Procuradoria, foram feitos este ano mais de 700 inquéritos civis públicos no ambiente de patrimônio público social, 45 ações de improbidades administrativas e 15 condenações no Estado.

Entre os temas mais recorrentes nas ações estão os relacionados ao acúmulo de cargos, conduta de servidores, convênios federais, licitações e repasses de recursos do Fundo Nacional da Educação.

Date Created

29/12/2011